

1 **ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS DO**
2 **ALTO IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA**

3 OBJETO: Abertura, leitura e aprovação da ata da 2ª reunião
4 extraordinária, discussão e deliberação sobre a minuta de resolução de
5 aprovação do Plano das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto
6 Ribeira, apresentação do Plano Nacional de Gestão de Riscos e
7 Resposta a Desastres Naturais, discussão e deliberação sobre a proposta
8 de alteração do percentual de aplicação dos recursos da cobrança e a
9 proposta de liberação de recursos da cobrança para elaboração de
10 projetos de estruturas de contenção de cheias e encerramento.

11 Aos 31 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, às 09:00 horas,
12 no Salão das Araucárias - LACTEC, realizou-se a 3ª Reunião Extraordinária do
13 Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira. A Sra. Ingrid
14 Illich Müller, Presidente do Comitê, deu início à reunião após verificar o quórum
15 com a Sra. Olga Polatti do AGUASPARANÁ, Secretária Executiva do Comitê. A
16 Sra. Ingrid Müller informou o recebimento de um ofício da Federação das
17 Indústrias do Estado do Paraná para retirada de pauta do item 5, discussão e
18 deliberação sobre a proposta de alteração do percentual de aplicação dos
19 recursos da cobrança e a proposta de liberação de recursos da cobrança para
20 elaboração de projetos de estruturas de contenção de cheias e deu posse
21 como membro titular ao Sr. Sandro Cetim representando o Conselho Gestor
22 dos Mananciais em substituição ao Sr. Gil Polidoro. Passou então a palavra ao
23 Vice-Presidente do COALIAR, Sr. Ricardo Lamberti de Faria, representando o
24 setor dos Usuários/ Indústrias para fazer uma argumentação a favor da
25 solicitação da FIEP, ressaltando que em seguida, haveria uma argumentação
26 contrária. O Sr. Vice-Presidente passou a palavra ao Sr Rafael Gava para que
27 procedesse a argumentação. O Sr. Rafael Gava se apresentou explicando que
28 era consultor contratado pela FIEP e justificou a solicitação de retirada de
29 pauta do item 5 por não constar no Plano de Efetivação da bacia e pelo
30 assunto não ter sido submetido à CTPLAN/CTCOB. Comentou que o Plano de
31 Efetivação e o Plano de Ações foram discutidos exaustivamente por 2 anos e
32 que a alteração no Plano que estava sendo proposta havia sido encaminhada
33 somente com 9 dias de antecedência. Solicitou que o tema fosse submetido à
34 CTPLAN/CTCOB antes de passar pelo Comitê, para que dúvidas à proposta
35 fossem sanadas. A Sra. Olga Polatti fez a leitura do ofício, o qual encontra-se
36 anexo e passou a palavra ao Eng. Carlos Alberto Galerani do AGUASPARANÁ
37 para defesa da manutenção do item em pauta. O Eng. Carlos Alberto Galerani
38 do AGUASPARANÁ relatou que foi solicitado ao Instituto das Águas do Paraná
39 preparar uma proposta dentro do Plano Nacional de Gestão de Risco e
40 Resposta à Desastres Naturais. Esse Plano surgiu a partir do Governo Federal,
41 após os acidentes que ocorreram na região Serrana do Rio de Janeiro quando
42 o Governo Federal direcionou muitos recursos para esse programa, que
43 financia entre outras ações, obras de controle de cheias, inclusive com
44 recursos para desapropriações. Uma das funções do Instituto das Águas do
45 Paraná é manter a qualidade e a quantidade de água dos rios, outra função é
46 realizar limpeza e desassoreamento de rios regularmente. O Plano Nacional de
47 Gestão de Risco e Resposta à Desastres Naturais dá oportunidade ao
48 AGUASPARANÁ fazer obras efetivas de controle de cheias e após diversas
49 reuniões com o Ministério das Cidades, foram definidos os locais e as obras

50 enquadradas no Plano. Em resposta a uma das perguntas do ofício da FIEP
51 que era se outras obras estavam sendo feitas e qual a origem do recurso, o
52 Eng. Carlos Alberto Galerani respondeu que o programa previa recursos para a
53 Capital do Estado e para o Estado. A Prefeitura de Curitiba, dentro do Plano
54 Nacional de Gestão de Risco e Resposta à Desastres Naturais, programou
55 uma série de obras, todas elas tendo como diretriz o Plano Diretor de
56 Drenagem, assim como as obras propostas pelo AGUASPARANÁ, e lembrou
57 que o Plano Diretor de Drenagem para a RMC havia sido apresentado para o
58 Comitê. Foram enquadrados sete projetos sendo três a fundo perdido,
59 totalizando 124 milhões de reais para execução de cinco bacias de retenção
60 no rio Palmital, obras no rio Mascate em Fazenda Rio Grande e canalização de
61 dois córregos na bacia do rio Ressaca em São José dos Pinhais, para tempo
62 de recorrência de 25 anos. Ressaltou que o trecho na bacia do rio Ressaca era
63 fundamental para que o sistema do aeroporto funcionasse bem. Explicou que a
64 solicitação dos recursos da cobrança para execução dos pré-projetos dessas
65 obras se dava devido ao prazo de entrega dos mesmos. O AGUASPARANÁ
66 estava elaborando os projetos do Rio Ressaca e do Mascate junto com as
67 prefeituras, mas era necessário contratar alguns serviços, como sondagem e
68 projeto elétrico. Informou que as obras da bacia do Palmital, o maior montante
69 a ser investido, serão contratadas pelo Regime Diferenciado de Contratação -
70 RDC, e para tal é necessária a elaboração de um pré-projeto bem detalhado
71 pois o RDC prevê a contratação do projeto e da obra juntos. Explicou que o
72 prazo de entrega desses pré-projetos era dezembro de 2013 e havia sido
73 prorrogado para julho de 2014, que o AGUASPARANÁ havia tentado obter
74 esses recursos junto ao Estado, sem sucesso. Lembrou que o Plano Diretor de
75 Drenagem da RMC estava contemplado no Plano de Bacia e que as obras em
76 questão faziam parte do Plano de Drenagem, sendo obras de controle de
77 cheias, que as bacias de retenção terão um parque no entorno e que será feito
78 um trabalho técnico-social, pois o Ministério exige que 1% do valor do
79 investimento deva ser aplicado em trabalho técnico-social. A Sra. Presidente
80 agradeceu ao representante da FIEP e ao Eng. Carlos Alberto Galerani e
81 lembrou que o que estava em discussão naquele momento era se o item 5 da
82 pauta seria mantido. O Sr. Rafael Gava perguntou quanto tempo levaria para
83 que o tema passasse pela CTPLAN ao que a Sra. Ingrid Müller respondeu que
84 seriam necessários de 10 a 12 dias e ressaltou que era de grande importância
85 a manutenção do item havendo muitos pontos para ser explicados. Em
86 resposta a um questionamento do Sr. Sandro Setim do Conselho Gestor dos
87 Mananciais, o Sr. Enéas Machado do AGUASPARANÁ explicou que os dois
88 itens a serem discutidos na reunião se referiam ao mesmo assunto, sendo que
89 primeiramente ir-se-ia deliberar sobre a alteração do plano de aplicação dos
90 recursos da cobrança e em seguida sobre a utilização do recurso da cobrança
91 para a elaboração de pré-projetos para obras de contenção de cheias. A Sra.
92 Presidente passou a palavra ao Sr. Everton Luiz da Costa Souza do
93 AGUASPARANÁ que reiterou a importância de se manter o item, lembrando
94 que o que estava sendo solicitado eram 360 mil reais para alavancar recursos
95 da ordem de 124 milhões de reais e, se mantendo o item na pauta, as dúvidas
96 seriam debatidas durante a apresentação. Comentou que o AGUASPARANÁ
97 havia esgotado a busca dos recursos necessários para a elaboração dos pré-
98 projetos, lembrou que o Governo do Estado havia bloqueado o orçamento no

99 final de 2013 e que a opção pela utilização dos recursos da cobrança era uma
100 tentativa de não se perder os recursos disponíveis para a execução de obras
101 importantes para a bacia. Salientou que teria sido importante a discussão deste
102 assunto na CTPLAN, que dá suporte técnico ao Comitê mas, como o prazo era
103 exíguo, o Instituto das Águas do Paraná havia preparado uma apresentação
104 que ele acreditava que iria esclarecer os membros do COALIAR. A Sra.
105 Presidente colocou em votação a manutenção do Item 5 da Pauta, aprovada
106 com dois votos contra. O Sr. Francisco de Oliveira Leme da PETROBRÁS,
107 justificou seu voto, que foi contrário à manutenção do item na pauta, dizendo
108 que como havia sido definido uma sistemática para apresentação de propostas,
109 passando previamente por Câmara Técnica, ele não concordava com o fato de
110 se apresentar somente ao Comitê, que dessa maneira os membros estavam se
111 sentindo pressionados a aprovar itens fora do Plano de Bacia. Acreditava que
112 situações extraordinárias poderiam ocorrer mas que deveria haver um cuidado
113 para que essas situações não se tornassem frequentes. A Sra. Presidente
114 passou ao **2º item da pauta** que trata da aprovação da Ata da 2ª Reunião
115 Extraordinária e colocou em votação a dispensa da leitura da mesma por ter
116 sido enviada previamente aos membros. Aprovada a dispensa de leitura, a Sra.
117 Presidente informou que a minuta de ata que estava sendo projetada já
118 continha as correções de forma encaminhadas pela COPEL e abriu para
119 comentários e sugestões de alteração. O Sr. Pedro Franco da SANEPAR
120 atentou que na linha 138, que fala dos recursos necessários para remoção da
121 carga “são” e não “eram” e sugeriu uma alteração na linha 222, de Sistema de
122 Informações sobre Saneamento para Sistema Nacional de Informações sobre
123 Saneamento, que é o nome oficial do Site, que é o banco de dados oficial do
124 Ministério das Cidades. A ata foi aprovada com as sugestões acima e a Sra.
125 Presidente passou então ao **3º item da pauta** que tratava da discussão e
126 deliberação sobre a minuta de resolução de aprovação do Plano das Bacias do
127 Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira. A Sra. Olga Polatti fez a leitura da
128 Resolução nº06 que aprova o Plano de Bacia, a Sra. Presidente abriu para
129 comentários e sugestões de alteração e, não havendo nenhum comentário,
130 passou a votação da resolução, tendo sido aprovada por unanimidade. Passou
131 ao **4º item da pauta** que era a apresentação do Plano Nacional de Gestão de
132 Riscos e Resposta a Desastres Naturais, passando a palavra ao Eng. Carlos
133 Alberto Galerani do AGUASPARANÁ que fez a apresentação, contextualizando
134 as obras de controle de cheias que seriam executadas e que necessitavam de
135 recursos para elaboração de pré-projetos. A apresentação encontra-se anexa a
136 esta ata. A Sra. Presidente agradeceu ao Eng. Carlos Alberto Galerani do
137 AGUASPARANÁ pela apresentação, passou ao **5º item** da pauta que trata da
138 discussão e deliberação sobre a proposta de alteração do percentual de
139 aplicação dos recursos da cobrança e a proposta de liberação de recursos da
140 cobrança para elaboração de projetos de estruturas de contenção de cheias,
141 passando a palavra ao Sr. Enéas Souza Machado do AGUASPARANÁ que
142 comentou sua experiência desde 1981 trabalhando com recursos hídricos,
143 lembrando que em 1984 foi feita uma proposta para a criação de um Comitê do
144 Altíssimo Iguaçu, para discutir ações referentes a cheias, qualidade da água
145 entre outros assuntos e que não se concretizou, até por ter sido uma proposta
146 anterior à Lei das Águas. Comentou sobre sua preocupação em estar iniciando
147 a aplicação dos recursos da cobrança com uma exceção, não seguindo o que

148 havia sido combinado dentro da CTPLAN, que era a criação de regras para
149 aplicação desses recursos e, antes de iniciar a apresentação sobre a alteração
150 do Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança, lembrou que a próxima
151 atividade do Comitê seria aprovar as regras de aplicação desses recursos. Em
152 seguida procedeu à apresentação sobre a alteração do Plano de Aplicação dos
153 Recursos da Cobrança, anexa a essa ata, solicitando aos membros do Comitê
154 que aprovassem a alteração, lembrando que os recursos advindos da cobrança
155 não eram vultuosos mas poderiam ser bem aproveitados como alavanca para
156 recursos maiores e que o Programa de Controle de Cheias estava contemplado
157 no Plano de Ações. A Sra. Presidente abriu para comentário e o Sr. Rafael
158 Campaner da Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande comentou que o
159 projeto do Rio Mascate era um anseio da Prefeitura, que a Prefeitura está
160 trabalhando na remoção de 501 famílias da área de risco e questionou sobre o
161 financiamento da canalização do Rio Ana Luiza, que é um rio que corta o
162 Município na área urbana de Fazenda Rio Grande. O Eng. Carlos Alberto
163 Galerani respondeu que a canalização do Rio Ana Luiza faz parte do
164 financiamento não liberado pelo Tesouro Nacional porém que esse recurso
165 ainda não pode ser considerado perdido. O Sr. Pedro Luiz Prado Franco da
166 SANEPAR comentou que concordava com a posição da FIEP que a solicitação
167 do AGUASPARANÁ deveria ser considerada como uma excepcionalidade, pois
168 os recursos oriundos da cobrança devem ser gerenciados e definidos no
169 âmbito do Comitê. Colocou ainda que havia no Plano de Ação, um programa
170 de combate a enchentes, embora com percentuais pequenos para aplicação e
171 que muito se havia comentado no Comitê que os recursos da cobrança seriam
172 insuficientes para grandes obras e que teriam função de alavancar recursos
173 para as obras necessárias para a Bacia, que era o que estava acontecendo.
174 Continuou dizendo que era necessário que a CTPLAN se reunisse para definir
175 as regras para aplicação dos recursos e sugeriu que, como a proposta que
176 estava sendo colocada era que os recursos que iriam para a questão das
177 enchentes viriam do Programa de Gestão no âmbito do Alto Iguaçu, sendo
178 basicamente o monitoramento e sistema de informações, que houvesse algum
179 mecanismo para que o Alto Iguaçu fosse compensado de forma equivalente a
180 esses 360 mil. O Sr Francisco de Oliveira da PETROBRÁS concordou com o
181 foi dito pelo Sr. Pedro Luiz Prado Franco da SANEPAR, questionou desde
182 quando se sabia da liberação dos 124 milhões, qual o prazo para apresentar os
183 pré-projetos e se havia alguma maneira de ocorrer uma devolução ao
184 COALIAR do valor disponibilizado dentro dos 124 milhões de reais. O Sr Enéas
185 Souza Machado do AGUASPARANÁ respondeu que não havia maneira de
186 compensar esse recurso em dinheiro que o que se pode fazer é compensar em
187 ações. O Eng. Carlos Alberto Galerani respondeu que o primeiro prazo era
188 dezembro de 2013, mas muitos estados e prefeituras, incluindo a Prefeitura de
189 Curitiba tiveram receio de trabalhar com RDC e contrataram projetos. O prazo
190 limite da Instrução Normativa nº 50 é final de junho de 2014 e a Caixa
191 Econômica Federal quer esses projetos para avaliar e analisar até o final de
192 maio. O processo de negociação foi bastante longo e teve a novidade dos
193 procedimentos, sendo que a própria Caixa teve muita dificuldade para
194 estabelecer as normativas. Explicou que mesmo que seja contratação pela
195 RDC é necessário que se faça sondagem, topografia entre outras ações. Foi
196 trabalhado junto ao Ministério, junto a Secretaria de Estado do Planejamento e

197 da Secretaria da Fazenda para se obter os recursos O Sr Jose Carlos Aliaga
198 da SEPL comentou que existem diversos programas correlatos tanto em
199 estudo como em implantação no Estado e sugeriu que se faça uma rede de
200 informação visando um nivelamento do grupo. Por não haver mais
201 comentários, a Sra. Presidente concordou com o que havia sido posto pelo
202 representante da SANEPAR, sobre a oportunidade de usar 360 mil reais do
203 arrecadado com a cobrança para alavancar 124 milhões em obras para
204 controle de cheias na bacia do Alto Iguaçu, mas que a maneira de solicitação
205 de recursos, sem passar pela CTPLAN fosse encarada como excepcional e
206 solicitou que a Sra. Olga Polatti procedesse a leitura da minuta de resolução
207 que aprovava a alteração do percentual de aplicação dos recursos da cobrança
208 definidos no Plano de Intervenções da Bacia, que se encontra anexa a esta
209 ata, e abriu para comentários. O Sr. Francisco Leme da PETROBRÁS pediu a
210 inclusão de dois itens, sendo primeiro que fosse incluída a condição de
211 excepcionalidade para caracterizar que essa aprovação foi em regime
212 excepcional e segundo inclusão da exigência de prestação de contas ao
213 Comitê. A resolução foi submetida a votação tendo sido aprovada com as
214 contribuições recebidas e encontra-se em anexo a esta ata. Finalmente, não
215 havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu à presença de
216 todos e deu por finalizada a 3ª Reunião Extraordinária do Comitê das Bacias do
217 Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, da qual eu, OLGA POLATTI, Gerente
218 das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira lavrei a presente Ata.
219 De Acordo
220
221 Ingrid Illich Muller
222 Presidente do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira